

Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde

**Arquivo virtual dos trabalhadores
técnicos em saúde no Brasil**
Relatório técnico final

Coordenação
Dra. Monica Vieira

Equipe

Monica Vieira: Coordenadora do projeto. Coordenadora do Observatório dos Técnicos em Saúde; Socióloga, doutora em Saúde Coletiva.

Márcia Cavalcanti Raposo Lopes. Pesquisadora do Observatório dos Técnicos em Saúde; psicóloga, doutora em Psicologia social.

Filippina Chinelli. Pesquisadora associada do Observatório dos Técnicos em Saúde; historiadora, doutora em Educação.

Daiana Crús Chagas. Bolsista Fiotec do Observatório dos Técnicos em Saúde; historiadora, mestre em História das Ciências e da Saúde.

Roberta Corôa. Graduanda em ciências sociais, estagiária do programa de estágio curricular – PEC/FIOCRUZ.

Apresentação

Este relatório se refere à primeira etapa de organização dos documentos e das entrevistas a serem incorporados ao Arquivo Virtual do site do Observatório dos Técnicos em Saúde. Privilegiou-se a documentação referente ao grupo ocupacional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs), sobretudo em razão do encerramento das atividades da pesquisa “Qualificação dos Agentes Comunitários de saúde: dinâmica e determinantes”, do qual resultou considerável material documental que para ser disponibilizado ao público, necessitava de tratamento adequado.

O estudo tratou do processo de qualificação dos agentes comunitários de saúde, buscando analisar as relações entre as políticas de saúde, do trabalho e da educação na saúde no Brasil e a prática desses trabalhadores no período entre 2003 e 2008. O material que dele resultou é constituído por documentos oficiais e entrevistas realizadas com alguns personagens-chave que assumiram destaque na formulação de políticas pública relacionadas à consolidação desta profissão em anos recentes.

Breve histórico do projeto “Qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde: dinâmica e determinantes”

Com base na compreensão do conceito de qualificação como um processo socialmente construído, a análise do processo de qualificação dos agentes comunitários de saúde buscou relacionar, dialeticamente, as questões que se referem à formação profissional com aquelas que dizem respeito à gestão do trabalho.

Essa abordagem considera os trabalhadores qualificados devido à existência de regras coletivamente produzidas, partilhadas e barganhadas – e não necessariamente em decorrência da natureza mesma da ocupação desempenhada (Castro, 1994:80). Nesse sentido, a compreensão do processo de qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde deve ser buscada na própria trama das relações políticas e técnicas presentes na dinâmica social. Nessas relações encontram-se refletidas as experiências que os trabalhadores

trazem e com as quais barganham sua inserção nos sistemas de classificação que organizam as relações no campo profissional (Castro, 1993:215). Isso significa que a qualificação pode ser compreendida como arena política na qual se disputam credenciais que conferem reconhecimento e asseguram o acesso a classificações vigentes no mundo do trabalho. A dinâmica da qualificação representa uma mediação para a compreensão das relações sociais e técnicas capazes de explicar as circunstâncias pelas quais um grupo profissional alcança reconhecimento social (Machado, 1996:16).

Tomada do ponto de vista sociológico, a qualificação do trabalho se constitui em uma relação social complexa que varia, portanto, conforme a época e não apenas em função de aspectos técnicos e de organização do trabalho. Segundo Tartuce (2002), a questão da qualificação transforma-se, principalmente, em função de fatores morais e políticos presentes no julgamento que a sociedade faz sobre os trabalhos necessários a sua reprodução.

Nessa perspectiva, definiu-se que a análise da qualificação dos agentes comunitários de saúde seria realizada mediante a identificação dos principais sujeitos políticos coletivos envolvidos tanto com as questões da educação na saúde, quanto com as da gestão do trabalho no Brasil, nos últimos anos. O interesse do projeto voltou-se para a compreensão das relações estabelecidas entre esses sujeitos, seus pontos de convergência e divergência e suas concepções acerca da qualificação dos agentes comunitários de saúde.

Assim, considerando que a inserção e a formação profissional dos agentes comunitários de saúde se dá em um espaço de luta, onde diversos sujeitos coletivos buscam orientar o projeto político não só da formação do ACS, como também do modelo assistencial de saúde, a pesquisa buscou identificar os principais sujeitos envolvidos e analisar os principais direcionamentos e embates que estão em disputa.

De antemão destacou-se que um dos principais sujeitos que vem dando a orientação da política para a formação do ACS nos últimos anos é a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS), criada com o

propósito de explicitar o papel do gestor federal quanto às políticas de formação, desenvolvimento, planejamento e gestão da força de trabalho em saúde no país.

Estão em disputa dois projetos principais: um, que representa a formação técnica plena, conforme orientação do Referencial Curricular para Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (Brasil, 2004); outro, que defende a formação apenas inicial o que corresponde à primeira etapa formativa do referido Curso Técnico. Ambas as posições têm se enfrentado nos mais diversos fóruns de proposição e pactuação política – tripartite, conselhos de saúde, secretarias de saúde, mesas de negociação entre outros – compondo uma arena onde são debatidas concepções diferenciadas acerca da qualificação profissional dos agentes comunitários de saúde.

Na defesa da formação técnica aponta-se a complexidade do trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde e o perfil desses trabalhadores, dos quais 40,7% apresentam como nível de escolaridade o ensino médio completo e, 14,3% incompleto, o que institui uma condição de escolaridade bastante favorável ao curso técnico. Em contraposição, estão situadas as limitações estipuladas pela lei de responsabilidade fiscal, os interesses corporativos de outros segmentos profissionais e as dificuldades do processo de profissionalização ainda inicial desses trabalhadores.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde -- CONASS e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde -- CONASEMS configuraram outros importantes sujeitos políticos envolvidos no processo de qualificação dos ACS, assim como a Confederação Nacional de Agentes Comunitários de Saúde – CONACS, considerando-se que o movimento organizado dos ACSs vem se destacando como uma dimensão central no processo de qualificação desses trabalhadores.

Dessa forma a identificação dos entrevistados e a elaboração do roteiro de entrevistas buscou responder as seguintes questões:

Em que medida a atual política difere ou corrobora com as políticas implementadas nos anos 1990? De que forma a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) define/ orienta, participa dos processos de gestão e qualificação do trabalho no SUS? Que concepções orientam a elaboração de suas estratégias e ações relacionadas à gestão e à qualificação do trabalho no SUS? Que outros sujeitos políticos coletivos vêm participando desse processo? Quais as concepções desses sujeitos sobre o papel do ACS no SUS e sobre sua qualificação? Quais os enfrentamentos que perpassam a constituição e o desenvolvimento dos projetos de qualificação dos ACS?

Acervo Documental

O acervo está sendo constituído a partir de um primeiro levantamento realizado no âmbito do acervo do Observatório dos Técnicos em Saúde, ao qual foram acrescentados os documentos identificados a partir de novas pesquisas. Após a identificação do acervo em que foram originalmente coletados, procura-se preencher lacunas que eventualmente existam como a autoria e a data de publicação dos mesmos.

Até o momento foram selecionados 34 documentos, entre leis, decretos, portarias, manuais oficiais, relatórios e pareceres, etc, cujo conteúdo informativo assumiu relevância para a caracterização do trabalho dos agentes comunitários de saúde. Essa documentação é representativa da trajetória das ações voltadas para a criação e regulação desta ocupação no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O levantamento apresentado a seguir foi realizado majoritariamente em *sites* e portais institucionais, como o Portal da Saúde, do Ministério da Saúde; o *site* da Presidência da República/ Casa Civil; o *site* Saúde Legis (Sistema de Legislação da Saúde); o site do Sistema Nacional de Auditoria/ Departamento Nacional de Auditoria do SUS/ Ministério da Saúde; o *site* da Câmara dos Deputados; o *site* da RET-SUS (Rede de Escolas Técnicas do SUS); e o site do Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Regional do Trabalho – 10ª região (Distrito Federal e Tocantins).

A maior parte dos documentos foi recuperada em seu formato digital PDF, tal como foram disponibilizados nos referidos sites. Em algumas situações, os documentos foram convertidos para o formato Word, dada a impossibilidade de preservá-lo em formato HTML. Entretanto, seu conteúdo original foi preservado, buscando-se revertê-lo para o formato PDF antes de disponibilizá-lo no site do Observatório dos Técnicos em Saúde.

Os documentos foram organizados de forma cronológica e acondicionados em CD-ROM. A tabela abaixo apresenta a lista cronológica dos documentos, sua autoria, título e uma breve descrição dos assuntos nele abordados.

Arquivo Documental acerca dos Agentes Comunitários de Saúde Listagem de Documentos levantados/organizados

Data	Autor	Documento	Descrição
15/07/1977	BRASIL/MS/SGTES	Lei Nº 6.433	Dispõe sobre a categoria funcional de Agente de Saúde Pública e de Sanitarista.
19/09/1990	BRASIL/MS	Lei Nº 8.080	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências
18/12/1997	BRASIL/MS	Portaria Nº 1.882/GM	Estabelece o Piso da Atenção Básica – PAB e sua composição.
18/12/1997	BRASIL/MS	Portaria Nº 1.886/GM	Aprova as Normas e Diretrizes do PACS e do PSF
19/02/1998	BRASIL/MS	Portaria Nº 157/GM	Estabelece os critérios de distribuição e requisitos para a qualificação dos municípios aos incentivos ao PACS e
07/07/1998	BRASIL/MS	Portaria Nº 82	Dispõe sobre os dados de alimentação obrigatória do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB)
04/10/1999	BRASIL/MS	Decreto Nº 3.189	Fixa diretrizes para o exercício da atividade de ACS, e dá outras providências
18/11/1999	BRASIL/MS	Portaria Nº 1.348/GM	Define critérios para a regulamentação do incentivo a municípios que tenham projetos similares ao PSF
11/1999	BRASIL/MS. Coord. Geral de Desenvol. de Recursos Humanos para o SUS/SPS/MS. Coord.de Atenção Básica/SAS/MS	Diretrizes para elaboração de programas de qualificação e requalificação dos agentes comunitários de saúde.	Apresenta competências básicas e competências profissionais específicas com o intuito de orientar/colaborar com as instituições de ensino na elaboração de programas de qualificação e requalificação dos ACS
2000	BRASIL/MS. Secret. de Políticas de Saúde/ DAB	O Trabalho do Agente Comunitário de Saúde	Trata das atribuições do ACS
08/09/2000	BRASIL/MS	Portaria Nº 1.013/GM	Dispõe sobre a utilização do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) como base para o cálculo dos incentivos financeiros para o PSF e PACS
2002	BRASIL/MS. Secret. de Políticas de Saúde/ DAB	Modalidade de contratação de Agentes Comunitários de Saúde - um pacto tripartite	Documento oferece subsídios para que os municípios possam conhecer a legislação para o Terceiro Setor e, através da utilização do Termo de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs realizem a contratação dos ACS

01/2002	BRASIL/MS/. Secret. de Políticas de Saúde/DAB	Modalidade de contratação de ACS - um pacto tripartite	Instrui as administrações municipais sobre a forma adequada de contratação dos ACS
10/07/2002	BRASIL/MS	Lei nº 10.507	Cria a Profissão de ACS saúde e dá outras providências. OBS: Revogada pela Lei nº 11.350, de 2006
12/03/2003	Dep. Federal Maurício Rands	Proposta de Emenda Constitucional 7/2003	Altera o Inciso II do art. 37 da Constituição Federal, permitindo a contratação pela administração pública de ACS através do processo seletivo público
26-27/08/2003	BRASIL/MS/SGTES/DGERTS	Relatório do Seminário Nacional sobre Política de Desprecarização das Relações de Trabalho no SUS	Relatório das atividades do seminário que discutiu a precarização dos trabalhadores do SUS e buscou subsídios e sugestões para as estratégias a serem adotadas pelo Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS
20/10/2003	RASIL/MS/SGTES/. Departamento de Gestão da Educação na Saúde	Perfil de Competências Profissionais do ACS – Versão Preliminar	Documento que aborda através de cinco eixos principais, as competências que devem ser desenvolvidas pelos ACS
23/12/2003	BRASILMS	Portaria Nº 2.430/GM	Cria o Comitê Nacional Interinstitucional de Desprecarização do Trabalho no SUS e dá outras providências
2004	BRASIL/MS/. Secret./DAB	Avaliação Normativa do PSF. Monitoramento da Implantação e Funcionamento das Equipes do PSF - 2001/2002	Análise de algumas características da implantação do PSF
2004	BRASIL/MS/ Secretaria de Políticas de Saúde/DAB	Avaliação normativa do PSF	Relatório elaborado pelo DAB da secretaria de atenção à saúde que monitorou a implantação e o funcionamento das equipes de saúde da família entre 2001-2002
08/07/2004	BRASIL/ME/CNE/ Conselho de Educação Básica	Parecer Nº: CNE/CEB 19/2004	Consulta sobre a instituição de habilitação técnica para a profissão de ACS
04/08/2004	BRASIL/MPT/Coordenadoria da Defesa dos Interesses Individuais Homogêneos, Coletivos e Difusos	Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 72/2004	Termo de compromisso entre a União-Ministério da Saúde e o Ministério Público do Trabalho para apresentação de propostas para a regularização dos vínculos empregatícios dos atuais e futuros ACS
17/08/2004	BRASILMS/SGTES	Portaria SGTES	Estabelece as normas operacionais para a apresentação de projetos para o financiamento da execução da formação inicial dos agentes comunitários de saúde e dá outras providências
12/11/2004	BRASIL/MS	Portaria nº 2.474	Institui o repasse regular e automático de recursos financeiros na modalidade fundo a fundo, para a formação profissional dos ACS
17/12/2004	BRASILMS/SGTES	Portaria SGTES	Estabelece as normas operacionais para a apresentação de projetos para o financiamento da execução da formação inicial dos ACS e dá outras providências.
2005	BRASILMS/SGTES/ FIOCRUZ	Saúde da Família: Avaliação da Implementação em Dez Grandes Centros Urbanos (Síntese dos Principais Resultados) Brasília – DF	Analisa fatores facilitadores e limitantes da implementação do PSF em dez grandes centros urbanos no que concerne ao estabelecimento de vínculos entre a ESF e a comunidade, à conversão do modelo de atenção à saúde nas unidades básicas e à sua articulação com a rede de serviços de saúde
24/02/2005	BRASILMS/SGTES	Portaria Nº 290/GM	Qualifica municípios para receberem incentivos aos Programas de ACS e PSF
2006	BRASILMS/SGTES/	Orientações Gerais	Orienta estados e municípios na realização de processos seletivos

	DGERTS. Saúde. Comitê Nacional Interinstitucional de Desprecarização do Trabalho no SUS	Para Elaboração de Editais – Processo Seletivo Público 1 (ACS e Agentes de Combate às Endemias)	públicos para os ACS Agentes de Combate às Endemias
14/02/2006	BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos	Emenda Constitucional Nº 51	Autoriza os gestores locais do SUS a contratar ACS e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, acrescentando três artigos ao artigo 198 da Constituição Federal
28/03/2006	BRASIL/MS	Portaria Nº 648/GM	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o PSF e o PACS
09/06/2006	BRASIL/MS. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos	Medida Provisória Nº 297	Regulamenta as atividades dos ACS e Agentes de Combate às Endemias
05/10/2006	BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos	Lei Nº 11.350	Regulamenta o § 5 do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2o da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. As atividades de ACS e de Agente de Combate às Endemias passaram a reger-se pelo disposto nesta Lei
29/11/2006	BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos	Decreto Nº 5.974	Revoga os decretos nº 4.726, de 09 de junho de 2003 e nº 5.841, de 13 de julho de 2006. Dispõe sobre a criação da SGTES e aprova a Estrutura Regimental e o Quadro demonstrativo de cargos em comissões e das funções gratificadas do MS
2007	BRASIL/MS/SGTESM S/SGTES/DGERTS	Desprecariza SUS: Orientações gerais para elaboração de editais - processo seletivo público: agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.	Cartilha com o objetivo de orientar estados e municípios na realização de processos seletivos públicos para os ACS e Agentes de Combate às Endemias

Acervo de entrevistas

Conforme enunciado no projeto inicial, as entrevistas referentes ao projeto “Qualificação dos Agentes Comunitários de saúde: dinâmica e determinantes” já se encontravam transcritas. O acervo transcrito consistia de 10 entrevistas, com mais de 20 horas de gravação (20hs16min55seg), com 9 entrevistados-chave.

Foi necessário, portanto, proceder às etapas posteriores de tratamento das mesmas, de forma que elas pudessem ser disponibilizadas ao público com o máximo possível de informações acerca dos entrevistados e dos temas tratados. Para tanto tomou-se como referência metodológica a publicação *História Oral: A Experiência do CPDOC*, de autoria de Verena Alberti¹, além da

¹ Volume 1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. 197 páginas.

experiência profissional das bolsistas contratadas para o projeto, tanto no que diz respeito à utilização da metodologia de história oral, quanto no que tange à temática em questão.

Foram realizadas as atividades de conferência, edição (quando necessário), complementação das informações anunciadas nas entrevistas, revisão, construção de instrumentos de referência (Glossário Onomástico, Lista de Siglas, Lista de Notas Avulsas), editoração e preparação dos sumários das entrevistas.

No que tange à edição das entrevistas foram suprimidos os trechos solicitados pelos entrevistados no ato da entrevista e realizadas pequenas alterações de forma, para adequação da linguagem falada à escrita, sem detrimento do seu conteúdo.

Paralelamente, foram retomados os contatos com os entrevistados visando solicitar a autorização para publicação no *site* do Observatório dos Técnicos em Saúde, através de subscrição da Carta de Cessão de Direitos sobre Depoimentos Orais. Em razão dos depoimentos terem sido gravados em momento anterior, foi particularmente difícil de localizar alguns entrevistados e até o momento, apenas duas entrevistadas ainda não retornaram os nossos contatos. Espera-se em breve receber o documento assinado.

Também foram elaborados os cabeçalhos das entrevistas através da recuperação das informações pertinentes, além de um breve perfil profissional dos entrevistados. A tabela abaixo foi permite orientar a organização do acervo de entrevistas.

Arquivo Sonoro acerca dos Agentes Comunitários de Saúde Quadro de entrevistas

Entrevistado	Entrevistadores	Local/Data	Duração	Áudio	Transcrição	Carta de Cessão de Direitos
Tereza Ramos	Márcia Valéria & Mônica Vieira	EPSJV, 21/05/2008	1h18'52"	Vídeo OK	Rita Rangel de Souza Machado	OK
Maria Luiza Jaeger	Márcia Valéria & Márcia Lopes	Porto Alegre, 22/07/2008	3hs10'04"	Ok	Maria Regina da Silva Vidal	OK
Ricardo Ceccim	Márcia Valéria & Márcia Lopes	Porto Alegre, 23/07/2008	2hs42'16"	OK	Maria Regina da Silva Vidal	OK

Simone Machado	Márcia Valéria & Márcia Lopes	Porto Alegre, 24/07/2008	2hs08'54"	OK	Maria Regina da Silva Vidal	Solicitado por correio e e-mail (sem resposta)
M^a Luíza, Ricardo Ceccim e Simone Machado	Márcia Valéria & Márcia Lopes	Porto Alegre, 24/07/2008	1h29'03"	Vídeo OK	Maria Regina da Silva Vidal	OK
Maria Helena Machado	Mônica Vieira & Márcia Valéria	Brasília, 08/08/2008	2hs29'59"	OK	Rita Rangel de Souza Machado	OK
Afra Suassuna Fernandes	Alda & Monica Viera	EPSJV, 15/09/2008	2hs23'22" + 8'08"	OK	Maria Regina da Silva Vidal	Solicitado por correio e e-mail (correio não recebido)
Julio Müller	Mônica Vieira & Márcia Lopes	Itaipava, 23/04/2008	1h29'16"	Ok	Maria Regina da Silva Vidal	OK
Rose Marie Inojosa	Márcia Lopes	São Paulo, 10/05/2009	1h30'50"	Vídeo OK	Maria Regina da Silva Vidal	OK
Célia Pierantoni	Mônica Vieira & Márcia Lopes	IMS/UERJ, 17/06/2009	1h26'12"	OK	Maria Regina da Silva Vidal	OK

Também foram recuperados e organizados os arquivos digitais contendo os registros áudios-visuais das entrevistas e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, subscritos pelos mesmos quando da realização destas. Os primeiros foram reunidos em CDs e DVD-ROMs, e os respectivos Termos, acondicionados em pasta própria depositada no Observatório dos Técnicos em Saúde.

O documento final a ser disponibilizado no *site* do Observatório dos Técnicos em Saúde consistirá no conteúdo das entrevistas em si, e incluirá, além dos cabeçalhos elaborados, o perfil biográfico dos entrevistados e as informações complementares pesquisadas sobre os temas tratados, na forma de notas de rodapé. A Lista de Siglas, o Glossário Onomástico e a Lista de Notas Avulsas, instrumentos de referência utilizados durante a organização das entrevistas, permanecerão a princípio arquivados, estando disponíveis apenas para uso interno do Observatório dos Técnicos. Seguem abaixo os sumários dos conteúdos das entrevistas.

**Arquivo Sonoro acerca dos Agentes Comunitários de Saúde
Perfil biográfico dos entrevistados e Sumário das entrevistas**

Tereza Ramos	
Perfil Biográfico	Sumário da entrevista 21/05/2008
	Como se tornou ACS; a entrada para o PACS e para o PSF; expectativas em relação ao trabalho de ACS; a mudança no trabalho do ACS nos últimos anos; as

<p>Tereza Ramos é agente comunitária de saúde; ex-presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs).</p>	<p>principais dificuldades colocadas ao trabalho do ACS; o ingresso no movimento organizado dos ACS; a criação da Conacs, sua organização e lutas; a relação entre Conacs e Conass, Conasems e SGTES; as dificuldades enfrentadas na organização dos ACS; a criação de uma Frente Parlamentar de apoio ao ACS; as principais conquistas do movimento dos ACS; atores importantes no processo de organização dos ACS; resgate da questão de formação do ACS; os momentos mais importantes na luta pela formação; a discussão sobre a formação técnica; a situação trabalhista dos ACS; a origem comunitária do ACS; a mudança na exigência quanto a escolaridade; a questão da gestão do trabalho; um balanço sobre as conquistas obtidas; perspectivas e desafios;</p>
<p>Maria Luiza Jaeger</p>	
<p>Perfil Biográfico</p>	<p>Sumário da entrevista 22/07/2008</p>
<p>Maria Luiza Jaeger é socióloga; representante da CUT na Comissão Nacional da Reforma Sanitária; ex-secretária estadual de saúde do Rio Grande do Sul, e ex-secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde.</p>	<p>Trajetória profissional e política e a chegada ao Ministério da Saúde; criação e denominação da SGTES; a repercussão da criação da SGTES; a questão da gestão do trabalho; a questão da formação técnica do ACS; a posição do Conasems frente as políticas relativas aos ACS; a precarização das relações de trabalho do ACS; a importância das questões tratadas na SGTES; os principais embates enfrentados nas questões relativas aos ACS; o conceito de educação permanente; a relação da SGTES com os movimentos sociais; a discussão sobre a desprecarização do trabalho no SUS; as questões relativas aos ACS na agenda política da SGTES, do Deges e do Degerts; sujeitos políticos importantes para definição dos rumos das políticas relativas aos ACS; o papel do ACS na atenção básica e no SUS; as propostas de formação para os ACS; a participação do DAB na discussão sobre a formação do ACS; a Mesa Nacional de Negociação; a questão da criação da profissão de agente comunitário de saúde; a questão do vínculo de trabalho do ACS; projetos de lei relacionados a formação e vinculação do ACS; a posição do Conass e Conasems nas políticas relativas aos ACS; balanço das políticas em relação aos ACS;</p>
<p>Ricardo Ceccim</p>	
<p>Perfil Biográfico</p>	<p>Sumário da entrevista 23/07/2008</p>
<p>Ricardo Ceccim é Sanitarista; ex-dirigente da Divisão de Saúde Pública da Secretaria Municipal da Saúde, e da Divisão de Assistência ao Educando, da Secretaria Municipal da Educação da cidade de Porto Alegre; ex-diretor da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul e ex-diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges), do Ministério da Saúde.</p>	<p>Trajetória profissional e política; a chegada ao Ministério da Saúde; a estruturação da SGTES; a agenda política do Deges e as principais frentes de atuação; os principais embates enfrentados no Deges, aliados e opositores; questões relativas aos ACS; a entrada do ACS na agenda política do Deges; o conceito de educação profissional; a relação entre Deges e Degerts nas questões relativas aos ACS; sujeitos políticos importantes para definição dos rumos das políticas relativas aos ACS; a questão da regulação da profissão e da formação dos ACS; a questão da gestão do trabalho; o trabalho do ACS e seu papel no SUS; principais opositores da proposta de formação dos ACS;</p>

	a participação do DAB na construção de uma proposta de formação para os ACS; a relação entre os Ministérios do Trabalho, Saúde e Educação; o papel das RET-SUS na formação do ACS; a legislação correspondente a formação e regulação dos ACS; a política da SGTES durante a gestão; a mudança no conceito de educação permanente no SUS com a alteração da gestão da SGTES; a organização da IIIª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; a participação da educação popular na política de formação do ACS; a participação das associações de ACS nas discussões sobre a formação;
Simone Machado	
Perfil Biográfico	Sumário da entrevista 24/07/2008
Simone Machado é enfermeira, especialista e mestre em Educação; ex- coordenadora de Ações Técnicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges), na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde.	Trajetória profissional e política; chegada a SGTES; o trabalho dentro do Deges; a agente política da Coordenação de Ações Técnicas e as principais frentes de atuação; a opção pela formação técnica do ACS; a importância das questões relativas aos ACS na agente política da Coordenação de Ações Técnicas; atores envolvidos na elaboração de políticas relativas a formação do ACS; a relação da SGTES com o Ministério da Educação; as propostas de formação do ACS; a construção de um perfil de competências profissionais para os ACS; o papel do ACS na atenção básica e no SUS; a participação do DAB na construção da proposta de formação dos ACS; o financiamento para o curso de formação de ACS; os elementos norteadores para a proposta de formação técnica do ACS; os principais embates enfrentados no âmbito da luta pela formação técnica dos ACS; a regulação da profissão de ACS; balanço das políticas em relação aos ACS; a origem comunitária do ACS;
Maria Luiza Jaeger, Ricardo Ceccim e Simone Machado	
Perfil Biográfico	Sumário da entrevista 24/07/2008
Os três depoentes tiveram atuação concomitante na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.	Apresentações; norteadores da política de gestão do trabalho em saúde na SGTES; os principais desafios enfrentados na agenda política da SGTES; a educação profissional em saúde; questões relativas ao PROFAE; questões relativas aos ACS; a formação técnica para os ACS; a regulação do trabalho, o vínculo e a forma de seleção para os ACS; balanço e perspectivas para as políticas relativas aos ACS;
Maria Helena Machado	
Perfil Biográfico	Sumário da entrevista 08/08/2008
Maria Helena Machado é socióloga, pesquisadora titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz; ex-diretora do Departamento	O papel do ACS no SUS; as principais questões relativas ao ACS na agenda política do Degerts; a aprovação da Emenda 51; a chegada das questões relativas ao ACS no Degerts; a questão do vínculo de trabalho do ACS; a questão do itinerário técnico para os ACS; a criação da profissão de agente

<p>de Gestão do Trabalho e Regulação em Saúde (Degerts), do Ministério da Saúde. É conselheira titular do Conselho Nacional de Saúde.</p>	<p>comunitário de saúde; a formulação das principais políticas em relação a gestão do trabalho no SUS; a discussão de questões relativas aos ACS na Mesa Nacional de Negociação; os principais sujeitos envolvidos na formulação de políticas relativas aos ACS; a participação do DAB nas questões relativas ao vínculo; a participação do Ministério do Trabalho no processo de desprecarização do vínculo; convergências entre Deges e Degerts nas questões relativas à formação e trabalho dos ACS; a Lei 11.350; a repercussão da proposta de formação técnica; a formação mínima para o trabalho em saúde; trajetória profissional e política e a chegada a SGTES; a reconfiguração da SGTES em 2005; a denominação Secretaria de Gestão Trabalho e da Educação na Saúde; a importância das questões relativas ao trabalho, educação e recursos humanos no Governo Lula; a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos; a ascensão funcional no SUS; a discussão sobre a jornada de trabalho dos ACS; a disputa entre CNTSS e Conacs pela liderança dos ACS; a importância do Seminário Nacional sobre Política de Desprecarização das Relações de Trabalho no SUS e da IIIª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;</p>
Afra Suassuna Fernandes	
Perfil Biográfico	Sumário da entrevista 15/09/2008
<p>Afra Suassuna Fernandes é médica; ex-diretora do Departamento de Atenção Básica (DAB) da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) do Ministério da Saúde.</p>	<p>Trajetória profissional e política; aproximação à atenção básica; a entrada no Ministério da Saúde e a chegada ao DAB; as atribuições do ACS; a agenda política da SAS na gestão Solla; estruturas importantes à atenção básica; desafios da SAS; a precarização do trabalho no SUS; a participação de Conass e Conasems na discussão de desprecarização do trabalho; a aproximação entre SAS e SGTES; a questão da formação dos trabalhadores da atenção básica; a primeira proposta de qualificação para os ACS; o processo de capacitação dentro do PSF; o trabalho do ACS dentro do PSF; o financiamento da 1ª etapa do curso de formação para os ACS; a origem comunitária do ACS; sujeitos políticos importantes para definição dos rumos das políticas relativas aos ACS; o trabalho do ACS e a reestruturação do modelo de atenção à saúde no Brasil; um balanço das políticas de atenção à saúde; o espaço de transformação do ACS; final da entrevista.</p>
Julio Müller	
Perfil Biográfico	Sumário da entrevista 23/04/2008
<p>Julio Muller possui graduação em Medicina, especialização em Saúde Pública e Psiquiatria; ex-secretário estadual de saúde do Mato Grosso, ex-secretário municipal de saúde de Cuiabá e ex-presidente do Conass. É membro do Cosems.</p>	<p>Trajetória profissional e política; a chegada ao Conass; uma avaliação do campo de recursos humanos no Brasil; a repercussão da criação da SGTES; a relação do Conass com a SGTES; os embates enfrentados na questão da gestão do trabalho e da educação; o papel do ACS no SUS; o ACS e a reestruturação do modelo de atenção à saúde no Brasil; principais questões relativas ao ACS na agenda política do Conass; a posição do DAB na questão da formação dos ACS; a</p>

	<p>posição do Conass sobre a questão da formação dos ACS; a posição do Conass sobre a inserção e o vínculo trabalhista do ACS; a relação do Conass com o movimento organizado do ACS; as implicações do vínculo de trabalho do ACS em seu trabalho no SUS; um balanço das políticas relativas aos ACS;</p>
Rose Marie Inojosa	
Perfil Biográfico	Sumário da entrevista 10/05/2009
<p>Rose Marie Inojosa é doutora em Saúde Pública; ex-secretária executiva do Conasems.</p>	<p>Trajetória profissional e política; a relação com o Conasems; a organização e o funcionamento do Conasems; a agenda política do Conasems a partir de 2003; a discussão de questões relacionadas ao trabalho e a educação em saúde no Conasems; uma avaliação do campo de recursos humanos no Brasil e a repercussão da criação da SGTES; a questão da gestão do trabalho; os principais embates enfrentados na área de recursos humanos; a relação entre Conasems e SGTES; o trabalho e papel do ACS no SUS; o ACS e a reestruturação do modelo de atenção à saúde no Brasil; as principais questões relativas aos ACS na agenda política do Conasems; sujeitos políticos importantes para definição dos rumos das políticas relativas aos ACS; a participação do Conasems em fóruns e instâncias de discussão sobre a formação de docentes; a proposta de formação dos ACS defendida pelo Conasems; a participação do Conasems em fóruns e instâncias de discussão sobre a gestão do trabalho na saúde; a discussão da desprecarização do vínculo de trabalho do ACS; a relação entre Conasems e o movimento organizado os ACS; a relação entre Conass e Conasems; a influência de Conass e Conasems na construção de políticas relativas aos ACS; a discussão sobre a origem comunitária do ACS; um balanço das políticas relativas aos ACS;</p>
Celia Regina Pierantoni	
Perfil Biográfico	Sumário da entrevista 17/06/2009
<p>Célia Regina Pierantoni possui doutorado em Saúde Coletiva; Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, diretora do centro colaborador da Organização Pan-americana de Saúde e da estação de trabalho do Observatório de Recursos Humanos do IMS/UERJ; ex-diretora da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde.</p>	<p>Trajetória profissional e política; a entrada na saúde pública; a entrada no campo dos recursos humanos; a estruturação do campo dos recursos humanos no Brasil; a chegada a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde-Estação de Trabalho IMS/UERJ; a chegada a SGTES; a criação da SGTES e a questão da denominação Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; a discussão a cerca da criação da profissão de agente comunitário de saúde; a questão da formação e regulação do ACS; o ACS como elo com a comunidade e a questão da profissionalização; a fronteira entre o ACS e o vigilante sanitário; a agenda política do Deges durante a gestão; a política de recursos humanos e a questão da qualificação; as expectativas de carreira e a desprecarização dos vínculos trabalhistas na SGTES; final da entrevista.</p>

Site do Observatório dos Técnicos em Saúde

O novo *layout* do site do Observatório ainda está sendo finalizado. O atraso no seu cronograma de lançamento deveu-se aos eventos comemorativos dos 25 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, que mobilizou o setor de comunicação, responsável tanto pelo *layout*, como pelo suporte do site.

Abaixo segue uma versão ainda sob revisão de como ficará o site, com a indicação do link para as entrevistas do arquivo virtual. A interface na qual será disponibilizada a documentação levantada, ainda está sendo construída e, portanto, não consta da presente página, aqui exposta.

The screenshot displays the website for the Observatório dos Técnicos em Saúde, part of the Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). The header includes the logo of the Ministério da Saúde and FIOCRUZ, along with navigation links for 'Webmail FioCruz', 'Fale conosco FioCruz', and 'Ouvidoria da FioCruz'. The main title 'OBSERVATÓRIO dos Técnicos em Saúde' is prominently displayed, accompanied by a search bar and a 'CONTATOS' link. A horizontal menu below the title offers various sections: 'Trabalho e Educação Profissional em Saúde', 'Linhas de Pesquisa', 'Resultados de Pesquisa', 'Estudos em Andamento', 'Livros Publicados', 'Banco de Teses', and 'Quem Somos'. The main content area is divided into several sections: 'Banco de Dados da Educação Profissional em Saúde' featuring a bar chart; 'Panorama do Trabalho em Saúde' with a magnifying glass icon and a table of data; 'NOTÍCIAS' with a headline 'Batalhão ODT chamado CCT' and a 'mais' button; 'ENTREVISTAS' with a featured article by 'Alex Barbosa' and a 'mais' button; 'DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA' with a 'mais' button; and 'PUBLICAÇÕES' with a book cover image and the text 'Esta publicação é a uma coletânea de informações'.